



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

1356/2017

Ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito,

Requeiro, nos termos dos arts. 48 c/c 58, do Regimento Interno, por meio da mesa, seja notificado o Ministério Público do Estado de Minas Gerais para que cumpra em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o pedido de informação solicitado por esta Comissão em 01 de junho de 2017, conforme Requerimento n. 599, tendo em vista que até o presente momento não há nos autos qualquer justificativa para a sua inobservância. Ademais, referidos documentos são importantes para o deslinde da investigação e o prazo de funcionamento da CPI expira em 13 de novembro de 2017. Segue cópia do requerimento, bem como do protocolo de recebimento daquele órgão.

Belo Horizonte, 23 de outubro de 2017.

Vereador Irlan Melo - Relator

Vereador Irlan Melo
Líder do PR

Ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Gilson Reis

DEFERIDO DE OFÍCIO
Avulsos distribuídos
Em _____
Responsável pela distribuição

SEM EFEITO

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
25 / 10 / 17
479
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

599/2017

Senhor (a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, pedido de informação ao senhor Antônio Sérgio Tonet, Procurador Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para que remeta à esta CPI cópia integral, digitalizada, de todos os processos, inclusive sigilosos, ajuizados ou administrativos envolvendo a empresa PBH Ativos S/A – CNPJ 13.593.766/0001-79.

CPI - Inq. 23- Mai - 2017 - 17:58 - 000088-001

Belo Horizonte, 23 de Maio de 2017.

Vereador Irlan Melo
Lider do PR
Relator da CPI: PBH Ativos

Ao Senhor

Vereador Gilson Reis

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito: PBH Ativos

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>24 / 05 / 2017</u>
<u>[Assinatura]</u>
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. DIRLEG Nº 2.237/17

Belo Horizonte, 30 de maio de 2017

Senhor Procurador-Geral,

Informo a Vossa Excelência, que foi aprovado, na Comissão Parlamentar de Inquérito: PBH Ativos, em 29/5/17, o Requerimento de Comissão nº 599/17, de autoria do Vereador Irlan Melo, dirigido a esse Ministério Público.

Cumpre esclarecer que, conforme o § 1º do art. 86 do Regimento Interno desta Casa, o prazo para o cumprimento do pedido é de até 30 (trinta) dias corridos.

Em caso de resposta cujo teor ultrapasse 100 (cem) laudas, solicita-se o encaminhamento do volume também por meio digital, em mídia física.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 599/17.

Atenciosamente,


Vereador Henrique Braga
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Antônio Sérgio Tonet
Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais
Ministério Público do Estado de Minas Gerais
/mfl

Recebido por: _____ NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE: _____
Órgão: _____
Em ____/____/____ Hora: ____
Prazo para resposta até 03/07/2017



Excelentíssimo Senhor Presidente da CPI BH ATIVOS

ML 3772

MÁRCIO ARAÚJO DE LACERDA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, por seus procuradores, com fundamento no art. 5º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, vem, respeitosamente, expor e requerer:

1. O ora requerente foi inquirido no âmbito dessa Comissão no dia 2 de outubro (segunda-feira) de 2017, ocasião em que, quando da formulação das perguntas, ocorreu o seguinte diálogo:

Gilson Reis] Questiona se Márcio tem conhecimento de uma posição (Decisão) do TCU de 06/2017. TCU dá ciência ao Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Banco do Brasil e ao Município de Belo Horizonte que por intermédio de integralização de cotas do FIDICMP, por parte do Município de Belo Horizonte, aperfeiçoou-se pela PBH Ativos a contratação uma operação de crédito nos termos do art. 29, III, LRF que afronta o art. 167, IV, CF, devendo ser tomadas providências cabíveis para que sejam atendidas as determinações do art. 33, LC 1.002/2006 (... se confunde) enfim da LRF.